

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

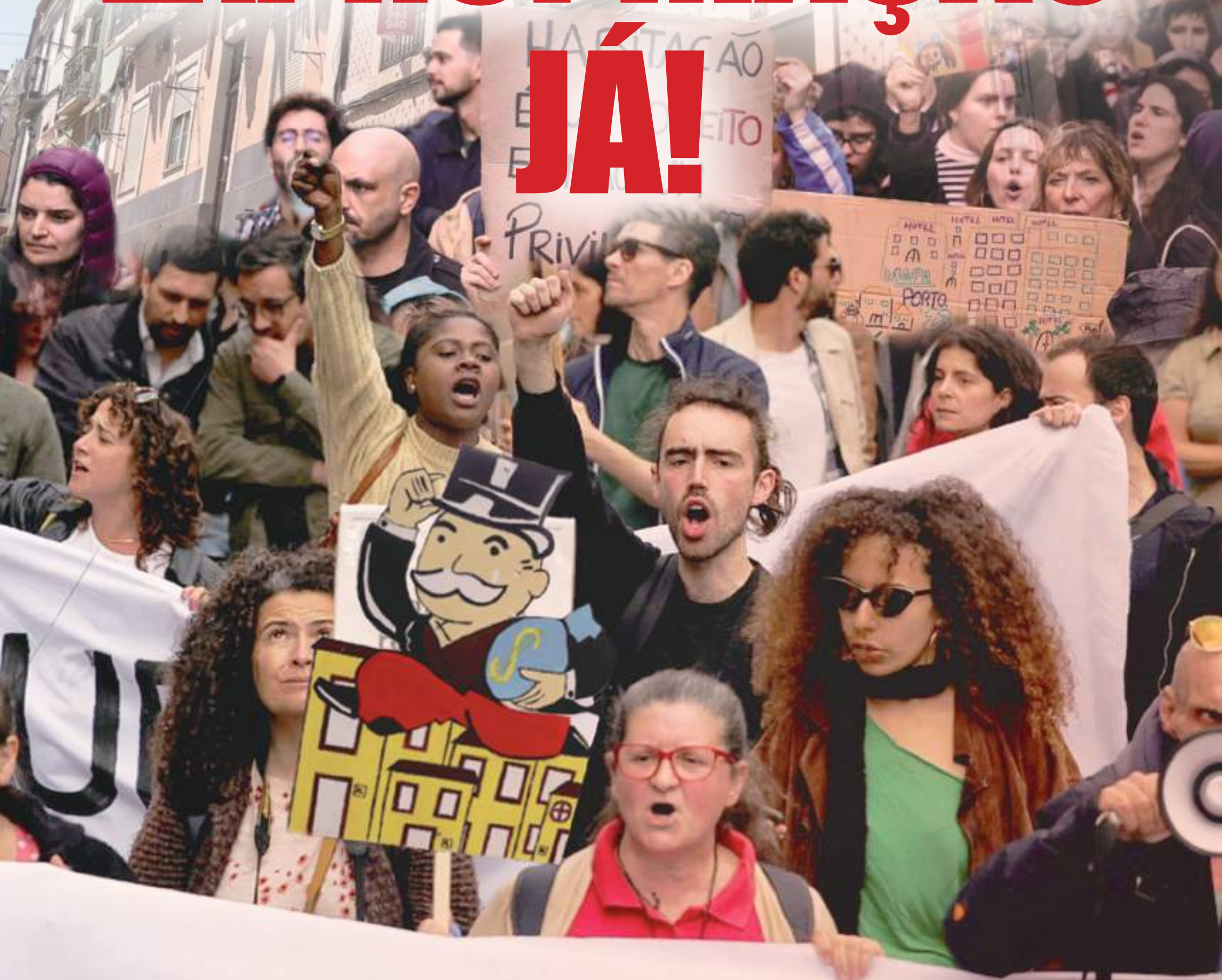
Donativo Livre

Nº34 • MAIO/JUNHO • 2023

POR HABITAÇÃO DIGNA E ACESSÍVEL
FIM DOS FUNDOS IMOBILIÁRIOS

EXPROPRIAÇÃO

JÁ!



OS CAPITALISTAS ESTÃO MELHOR É PRECISO UNIFICAR AS LUTAS CO

De acordo com os últimos dados divulgados pelas instituições europeias, a Zona Euro encaminha-se para a recessão com a Alemanha a liderar a marcha. Para 2023 as previsões de crescimento da economia situam-se entre 0,7% e 1%, enquanto a inflação deverá continuar nos 5,6%. Já a taxa de juros diretora do Banco Central Europeu (BCE) atingiu o valor mais alto de sempre — 4,5%. Para 2024 esta tendência mantém-se ou poderá inclusivamente agravar-se com as tensões interimperialistas entre os EUA e a China sem sinal de abrandamento.

Ainda que sem fugir a estas tendências gerais, a economia portuguesa, para já, foi capaz de resistir e alcançar um crescimento do PIB de 6,69% em 2022 e de 2,5% na primeira metade deste ano. Crescimento esse celebrado por António Costa e pelo PS com o máximo de foguetório possível para esconder uma realidade que se tornará clara aos primeiros sinais da recessão que se perspetiva no horizonte: é que este crescimento é um gigante com pés de barro, já que assenta quase exclusivamente no turismo e na especulação imobiliária.

A economia portuguesa a reboque do turismo e do imobiliário

No entanto, e para já, quer o setor imobiliário quer o turismo parecem ser a tábua de salvação da classe dominante portuguesa e do seu Estado.

Segundo o Banco de Portugal, o investimento direto estrangeiro (IDE) no primeiro semestre de 2023 ascendeu a 2002 milhões de euros. Deste valor, 93,9% diz respeito unicamente a investimento imobiliário, ou seja, alimenta diretamente a especulação gigantesca dos preços da habitação. Mostra igualmente que os restantes sectores de atividade, nomeadamente a indústria, repre-

sentam valores de investimento completamente irrisórios.

Por isto mesmo, os preços da habitação em Lisboa e no Porto já igualam capitais europeias em que os salários médios são muito superiores. Nesta corrida ao ouro, os grandes fundos imobiliários, atraídos pelo lucro fácil e especulativo, compram quarteirões inteiros que mantêm propositadamente vazios como ativos financeiros. Ou então transformam-nos em mais hotéis para alimentar um turismo galopante.

De janeiro a julho de 2023 registaram-se um total de 18,1 milhões de hóspedes e 46,9 milhões de dormidas, segundo o INE, o que representa um aumento de 17,1% e 14,5% respetivamente e quando comparado com o ano anterior. Nos aeroportos os números são igualmente avassaladores: até julho houve um crescimento homólogo de 25,2% — 38,3 milhões de passageiros, com 80% a ser tráfego internacional. No ano passado a TAP apresentou, pela primeira vez em vários anos, lucros — 65,4 milhões de euros — e este ano prevê-se que ultrapasse os 4 mil milhões de euros em receitas!

Este cenário tem alimentado principalmente a grande burguesia financeira, do imobiliário e do turismo mas também algumas camadas da pequena-burguesia parasitária que, beneficiando da alta generalizada dos preços dos alugueres e do alojamento local (AL), estão a forrar os bolsos à custa dos nossos salários.

Também as contas do Estado têm saído beneficiadas. A inflação, que ficou nos 7,8% em 2022 e nos 3,4% em junho passado e que está longe de desaparecer, encheu os cofres do Tesouro através do IVA — 22,5 mil milhões de euros no ano passado. As cativações orçamentais são outro mecanismo através do qual o Ministério das Finanças

bloqueia os tão necessários investimentos nos serviços públicos. Com este mecanismo, primeiro Mário Centeno e agora Fernando Medina têm de autorizar uma parte dos gastos dos restantes ministérios, proibindo o investimento em melhorias dos serviços e até mesmo na contratação de mais pessoal. As cativações permitem ao governo PS, por um lado, atingir um excedente das contas públicas e por outro anunciar vários milhares de milhões de euros para a Saúde ou Educação — que nunca chegam a ser executados.

E o que faz o governo PS com este excedente de 2,1 mil milhões de euros? Canaliza-o para os bolsos do setor financeiro através do pagamento da dívida pública, que é agora de 111% do PIB, ou utiliza-o na promoção da ideologia reacionária da Igreja como se viu nas Jornadas da Juventude Católica (JMJC).

A economia quando cresce não é para todos

O crescimento da economia refletiu-se imediatamente nos lucros das principais empresas. Os principais bancos lucraram 10 milhões de euros por dia à boleia do aumento das taxas de juro e às custas, claro está, dos trabalhadores, que viram as suas prestações mensais duplicar ou triplicar no espaço de um ano.

A inflação também alimentou, e de que maneira, os lucros das principais distribuidoras. Só para dar um exemplo, o grupo Jerónimo Martins fechou o primeiro semestre com lucros de 365 milhões de euros, enquanto que para metade dos trabalhadores o salário não chega ao fim do mês. A pobreza e a miséria continuam a crescer, apesar da taxa de desemprego ser baixa.

E o crescimento do turismo e da especulação beneficiou apenas os capitalistas. Para os trabalhadores e várias camadas intermédias da sociedade este crescimento significa a expulsão para as periferias, a partilha de quartos ou, em casos extremos, ir parar a uma situação de sem-abrigo, estando a aumentar o número de trabalhadores que são incapazes de pagar um teto. Afetando os trabalhadores todos em geral vale a pena notar que a crise da habitação atinge duplamente as mulheres trabalhadoras e a juventude LGBTI em situação de violência doméstica e que se vêem impossibilitadas de sair dessa situação devido ao preço astronómico dos alugueres.

Para os trabalhadores jovens a situação é particularmente brutal. Empurrados para contratos precários, cerca de $\frac{3}{4}$ recebem menos de 950 euros líquidos — um salário de pobreza. Não é de espantar que a emigração continue a ser uma opção considerada por muitos ou só sair de casa dos pais, em média, quase aos 30 anos.

A desigualdade entre aqueles que se beneficiam do turismo, das rendas e da exploração desenfreada do nosso trabalho e a situação quotidiana de milhões de trabalhadores é cada vez mais gritante. E no entanto,

nem o governo PS nem a esquerda apresentam qualquer medida de fundo para fazer face a esta realidade.

O PS mascara a realidade enquanto tenta tirar o tapete à direita...

O triunfalismo de cada pacote de medidas apresentado por António Costa e pelo governo do PS é inversamente proporcional à sua eficácia. O caso mais recente foi o da devolução das propinas aos estudantes que, após completado o curso superior, ficassem a trabalhar em Portugal. Uma medida absolutamente panfletária e que em nada resolve a situação concreta, de hoje, dos estudantes de classe trabalhadora que gastam 450 euros mensais só para pagar uma cama. Em vez de abolir a propina, os estudantes fazem um empréstimo ao Estado. Uma medida que apenas beneficiará quem já tem dinheiro para ir para a universidade.

As medidas panfletárias e cosméticas são verdadeiramente uma marca deste governo que, para manter a paz social é obrigado a apresentar medidas que constituem um autêntico roubo aos trabalhadores como medidas progressistas. O exemplo mais recente é do programa “Creche Feliz”, que deixará de fora as creches geridas pelas Câmaras Municipais. Sobram apenas as do setor privado: seja ele IPSS ou não.

Ao nível da habitação, as medidas apresentadas são novamente um “pisar de olhos” à burguesia e às classes médias rentistas. As rendas apoiadas são um subsídio aos senhorios parasitas, pagos pelos impostos dos trabalhadores. Os juros bonificados podem representar um alívio para algumas famílias, mas em nada beliscam os lucros milionários da banca. Também a política de IVA zero nada mais é do que outro subsídio às grandes cadeias de supermercados.

No próximo Orçamento do Estado, tudo indica que estas políticas continuarão e associadas às “contas certas” do défice e da dívida pública, isto é, à continuação do desinvestimento público e subsidiação dos privados, em particular na Saúde.

Perante este cenário a direita, que se tem vindo a reorganizar há vários anos, ainda não construiu uma alternativa credível. Continua a apostar, através do reacionário Presidente da República, numa política de desgaste lento do governo. As dezenas de casos de corrupção e saídas de ministros do último ano também vão jogando um papel, mas sobretudo entre a pequena-burguesia e as bases da direita. Durante as JMJC foi notória a patética tentativa de aproveitamento mediático quer de Carlos Moedas, presidente da Câmara de Lisboa do PSD, quer do próprio Marcelo, como forma de ganharem popularidade.

O mesmo Marcelo que menoriza casos de assédio ou que participa ele próprio nesses abusos, enquanto continua a construir esta figura bonapartista que mede constantemente forças com o governo PS em preparação para a chegada da direita ao poder.



R E OS TRABALHADORES PIOR. COM UM PROGRAMA SOCIALISTA!

Também a extrema-direita, que se tem vindo a reforçar nos últimos anos parece estar a estagnar nos últimos meses. A moção de censura ao governo proposta pelo Chega representa mais um ataque ao PSD, que se absteve, do que ao PS já que, na prática, se sabia que iria ser rejeitada pela maioria absoluta. Esta dinâmica representa mais uma disputa dentro do eleitorado e bases de direita do que propriamente um alargamento da sua influência.

...e a esquerda reformista assiste das bancadas.

Para já, a política do governo PS continua a ser do agrado da Banca e do PSI.

Este governo tem sido capaz de evitar que as lutas de vários sectores, principalmente dos profissionais da educação e agora da saúde, saíssem do seu controlo, contando para tal com o apoio essencial das burocracias sindicais.

Enquanto isto, a esquerda reformista prossegue uma política de desmobilização dos trabalhadores e de canalização dos esforços para a esfera parlamentar e institucional. Criticam e bem as várias medidas do governo, mas nunca são capazes nem de dar uma resposta concreta e muito menos de organizar a nossa classe para lhes fazer frente.

Além disso, deseducam os trabalhado-

res e os jovens ao falarem para “o País” insistindo muitas vezes numa retórica nacionalista — ou patriótica, se preferirem — que mascara o verdadeiro culpado da crise da habitação, da inflação ou da guerra, que é o sistema capitalista. Por exemplo, a grande medida do BE a respeito da crise da habitação é paradigmática: proibir a venda de imóveis a investidores estrangeiros como forma de garantir as “condições de vida das famílias portuguesas.”.

O que o Bloco deveria estar a denunciar — e que já o fez quando criticou os *vistos gold* — era os fundos abutres e os investidores no seu todo, independentemente da nacionalidade. Esta retórica das “famílias portuguesas” primeiro facilmente é apropriada pela direita para atacar os trabalhadores imigrantes, como aliás já acontece, culpando-os de estarem a “competir” pelos mesmos quartos que os trabalhadores portugueses.

Já o PCP apresenta uma política demasiado conservadora para vastas camadas da juventude de classe trabalhadora. A transfobia dentro do partido e o apoio declarado às Jornadas da Juventude Católica são apenas dois exemplos de posicionamentos políticos que deveriam ser inadmissíveis à esquerda, que reforçam as bases do regime e que dão munições à direita.

No entanto, é preciso não perder de vista que a tendência geral de aprofundamen-

to da crise do sistema capitalista e a polarização social que esta implica. O PS sabe que caminha em gelo fino. Quando a Zona Euro entrar em recessão, Costa precisará de aprofundar a austeridade, o que, se as lutas do ano passado são algum indicador, poderá levar a uma contestação social muito mais ampla e forte. Se a classe trabalhadora e a juventude encherem as ruas massivamente, como aconteceu em França, não será a maioria absoluta do PS a salvar este governo.

É preciso unificar as lutas com um programa socialista!

O ano de 2023 foi um reatuar do protesto social. Centenas de milhares de professores saíram à rua e estiveram em greve, mas não foram os únicos. A luta feminista, pela habitação, os protestos estudantis pelo clima e centenas de greves da Administração Pública, enfermeiros, médicos, nos aeroportos, nas várias empresas de transportes e centenas de greves na indústria voltaram à ordem do dia.

Até junho o número total de pré-avisos de greve foi de 1.499, mais 92,2% do que no ano anterior. E se considerarmos apenas a Administração Pública, foram registados, no mesmo período, 575 pré-avisos de greve, uma subida homóloga de 288,5% devida sobretudo à luta dos professores.

Nas ruas e nos locais de trabalho é notória a insatisfação da grande maioria da classe trabalhadora com as suas condições de trabalho, com os ritmos e horários extenuantes, com os abusos laborais e com a falta de salário. Uma e outra vez, a nossa classe lança-se à luta, à greve e à manifestação e as burocracias sindicais, em vez de definirem um plano de luta que alcance vitórias, assinam pactos com o patronato e contentam-se com meias-medidas.

No atual contexto, propor um salário mínimo (SMN) de 910 euros, como defende a CGTP, é manter a nossa classe na pobreza. É preciso organizar a nossa classe como um todo na defesa desta reivindicação.

É preciso voltar às ruas aos milhões em defesa da Saúde e da Educação públicas, de melhores condições de trabalho, contra os ataques machistas e LGBTIfóbicos da extrema-direita e uma habitação digna para todos.

É preciso construir uma esquerda combativa, revolucionária e anti-capitalista que tenha como objetivo declarado o derrube do capitalismo e a construção do Socialismo. É essa organização que estamos a construir.

**Junta-te à Esquerda
Revolucionária!**





Os fundos imobiliários detêm milhares de casas vazias para especulação.

PELA HABITAÇÃO DIGNA, EXPROPRIAÇÃO JÁ!

Luís S.
Comité Executivo da Esquerda
Revolucionária

Desde há uns meses que temos dito que arranjar uma habitação digna se está a tornar cada vez mais impossível em Portugal e o resultado está à vista. Em Lisboa, há cada vez mais gente a viver em tendas na Almirante Reis, Santa Apolónia, Oriente e em Cascais entre outros. Todas as semanas são cada vez mais pessoas, sem outra escolha senão viverem em tendas. Estamos cada vez mais a aproximar-nos das condições de habitação durante o fascismo: habitações clandestinas, sobrelotadas e sem condições — e quando isso não é possível, viver na rua.

Muitos destes sem abrigo são trabalhadores, grande parte imigrantes, que ganham menos do ordenado mínimo e têm trabalhos precários, empurrados para esta situação pelo aumento do custo de vida, da habitação e pela facilidade dos despejos. Mesmo com salário, suportar uma renda é impossível, e a escolha é entre habitar ou comer. Estima-se que, para se viver confortavelmente em Lisboa e no Porto, em que os preços médios de apenas um quarto são

superiores a 400€, seria necessário um rendimento líquido mensal superior a 1500€, num país em que o salário mínimo nacional é de 760€! As respostas do Estado para os apoios e habitação social estão a ser claramente insuficientes, pois todas as medidas e reformas estão limitadas pelos interesses da burguesia financeira que lucra com a especulação galopante e para a pequena burguesia do turismo. A prioridade nunca será garantir habitação digna e acessível enquanto isso chocar com a obtenção de lucro. E nada mostra melhor quais as prioridades do Estado perante os trabalhadores mais pobres na rua do que, durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), estes mesmos trabalhadores sem abrigo terem sido “varridos para debaixo do tapete” para limpar as ruas para o evento.

O mercado especulativo leva o custo de habitação ao absurdo

Portugal é o país da OCDE em que a diferença relativa à média entre o preço das casas e dos salários é a maior, 47,1% no primeiro trimestre de 2022. As casas estão agora 70% mais caras do que há 12 anos. Comprar uma casa é um sonho distante pa-

ra muitos trabalhadores. Mas para quem o pôde fazer, em 90% dos casos o crédito à habitação é de taxa variável. Com o aumento das taxas de juro, a prestação média destes créditos aumentou 41,4% em termos homólogos (Agosto 2023), para 379€, mais de metade sendo juros aos bancos. Com o aumento dos juros muitas famílias estão a sentir reais dificuldades em conseguir cobrir todas as despesas. A situação só está a piorar e para muita gente a ameaça de perder a casa é real.

Mas para quem tem de arrendar a situação é ainda pior, principalmente para quem vive nos centros urbanos. No mês de Agosto as rendas registaram o maior aumento desde o início de 2014 e estima-se que a subida das rendas em 2024 será a mais alta em 30 anos — cerca de 6,9%. Em Lisboa a renda média já ultrapassou os 1400€. Em 2023 o governo impôs um limite máximo de 2% de aumento nas rendas e é possível que faça o mesmo em 2024, mas claro, sempre com compensação fiscal aos senhorios — nenhuma solução do Estado burguês põe em causa os lucros gerados pela habitação.

Portugal é o paraíso dos

especuladores imobiliários

No primeiro semestre de 2023, de todo o capital internacional investido em Portugal, 93,9% (!) foi canalizado para o investimento imobiliário. O peso deste tipo de investimento quase que duplicou nos últimos 15 anos. Então como se explica que, na última década, a oferta de habitação em Portugal tenha crescido apenas 1% — ou seja, tenha estagnado? Não existe falta de investimento. Isto acontece porque a habitação é primeiramente vista em capitalismo como um ativo financeiro no mercado de especulação. Não é a construção de novas casas a preços acessíveis aos trabalhadores (pois até poderia fazer sentido dada a elevada procura) a razão pela qual o grande parte do capital estrangeiro vem investir em Portugal, mas sim para jogar com a especulação, de forma a obter o maior lucro possível com o menor risco.

Nos média burgueses, a falta de oferta é repetida vezes e vezes sem conta como sendo a razão do aumento dos preços de habitação: “Não há casas suficientes” e “É preciso um aumento na oferta de casas para mitigar a crise habitacional, dizem espe-



cialistas”¹. Mas isto não é a raiz do problema, mas sim um sintoma. Em primeiro lugar “85% do investimento imobiliário em Portugal é de capital internacional, de fundos de investimento imobiliário”. E o que esses fundos de investimento fazem é na sua maioria investir para comprar e depois vender a outros fundos de investimento. Apesar da estagnação na oferta referida anteriormente, na última década o volume de vendas aumentou 76%, e o peso dos compradores estrangeiros duplicou. Um exemplo recente disso é o fundo Britânico Orion ter comprado 1.200 casas em Portugal à francesa Nexity. E isto só entre dois fundos imobiliários. Para comparação, segundo o INE, no ano de 2022, entraram no mercado 14,5 mil novas casas para habitação. A falta de oferta de habitação não existe porque existem falta de recursos para as construir. E na verdade existem mais que casas suficientes para habitar: entre casas devolutas, os apartamentos de luxo e as casas paradas nos negócios entre fundos imobiliários. É um sintoma gerado porque a construção de habitação acessível não dá o lucro desejado pelos capitalistas.

Outros defendem que terá de ser o Estado a investir no mercado com o seu património ou com parcerias público-privadas², entre os quais o FMI que diz que é “necessário utilizar fundos europeus para gerar mais oferta pública, com incentivos fiscais, penalização de casas vazias, e claro mais investimento no mercado”. Mas estas medidas insuficientes, em parte adoptadas pelo Governo, não atacam a raiz do problema (como criticamos em artigos anteriores) — que em capitalismo, a procura de lucro é o que gera o carácter especulativo do mercado de habitação. A solução dentro do capitalismo passará sempre por “brincar” com a procura e a oferta, mas sempre de forma a que o lucro não seja posto em causa. Nisto, a forma como o mercado especulativo de habitação funciona não se altera, como uma lei imutável da natureza ao qual todas as reformas do Estado têm de obedecer, mesmo com a situação absurda que passamos.

Que não haja dúvida: a culpa da falta de acessibilidade à habitação é do capitalismo

Os capitalistas, quem de facto tem a faca e o queijo na mão para investir na habitação, não estão de todo interessados em resolver nenhum problema de habitação, nem o vão fazer. Aliás, pelo contrário, o aumento dos preços de habitação, e o aumento do carac-

ter especulativo do mercado de habitação não é para eles um problema — é o seu objectivo. O crescimento da bolha imobiliária só aumenta a margem de lucro que podem ganhar à custa da exploração e miséria de muitos. Trata-se de uma manipulação do mercado “livre”, para que os preços subam e, no caso português, à boleia do boom turístico dos últimos anos. A crise de habitação mostra o que o “mercado livre” realmente traz: liberdade dos capitalistas fazerem os investimentos que quiserem, à custa de grande parte dos trabalhadores. Até a própria União Europeia o admite, num estudo sobre habitação, que, segundo o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, mostra como “o mercado, só por si, gera desigualdades” e não garante o “direito fundamental de todos a uma habitação digna”. É a liberdade para lucrar mesmo que isso atire a classe trabalhadora para a miséria. E tal como em 2008, quando a bolha rebentar, será a classe trabalhadora a pagar pois “viveu acima das suas possibilidades”.

A habitação não pode estar subordinada a uma lógica de mercado. Ela tem de ser gerida de acordo com as necessidades da população, e só é possível ser gerida pelos próprios trabalhadores, organizados, enfrentando a lógica de lucro capitalista. “Apenas um governo dirigido ou pressionado pelos trabalhadores poderá realmente administrar reformas legais na habitação”³. A única forma de resolver o problema da habitação é considerando a habitação como um direito fundamental. E para garantir esse direito é preciso haver uma planificação democrática da habitação, que só é possível se se colocar em causa o direito à propriedade privada da terra e o lucro capitalista, ou seja, exigindo uma mudança de sistema, lutando pelo socialismo.

É necessário haver uma expropriação sob controlo democrático dos trabalhadores

³ Friedrich Engels, *Para a Questão da Habitação*, “Como Resolve a Burguesia a Questão da Habitação”

dos grandes fundos imobiliários, da banca e dos setores da construção que tornem tal planificação possível. Da mesma forma, a expropriação sem indemnização de toda a propriedade abandonada, com a consequente restauração e transformação em habitação e em serviços públicos gratuitos e de qualidade e o controlo de rendas, possível através da existência de órgãos democráticos de moradores e trabalhadores.

Realizar um programa destes é impossível apenas pela via parlamentar e institucional porque implica um confronto com a burguesia e todo o seu Estado. Só é possível fazer esse confronto e vencê-lo pela via da luta revolucionária e da ação de massas. Tem de haver um plano que garanta o direito à habitação — plano tal que só é possível acabando com o mercado de especulação financeira e todos os mecanismos dos capitalistas para gerar lucro às nossas custas. Está na altura de sermos nós, os trabalhadores, a gerir como e onde vivemos.



¹ Jornal *Economia Expresso* de 2023/09/15

² *Ibidem*.



O governo do PS promove a destruição do SNS. **GREVE GERAL DA SAÚDE PARA SALVAR O SNS!**

Bruno Penha
Comité Executivo da Esquerda
Revolucionária

A 22 de agosto morreu um idoso no Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, após 5 horas de espera para ser transferido para o Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Os bombeiros que o transportaram para o Beatriz Ângelo prontificaram-se para fazer a transferência para Lisboa, mas o hospital não deu autorização porque “o transporte inter-hospitalar era da responsabilidade de uma empresa externa”. Nesse mesmo dia 22 ambulâncias de vários corpos de bombeiros ficaram retidas no Beatriz Ângelo devido à falta de macas e ao elevado tempo de espera no atendimento. Um exemplo do estado em que se encontram as urgências do Sistema Nacional de Saúde (SNS) — com várias horas de espera no atendimento, inclusive dos casos mais graves, e até encerramentos — e dos seus resultados trágicos, fruto do subfinanciamento do SNS, da entrega de tarefas essenciais ao seu funcionamento a privados e da falta de profissionais de saúde e de condições para poderem exercer as suas tarefas.

Mas esta morte poderia ter sido evitada, tivesse a administração do hospital dado prioridade à saúde do paciente em vez de aos lucros da empresa privada de transporte. De resto, esta administração não fez mais que seguir as pegadas do governo, que sistematicamente coloca os lucros do capital à frente das necessidades da classe trabalhadora. Agora, a administração, o governo, e até o reacionário Presidente da República Marcelo, vêm chorar lágrimas de crocodilo e exigir a abertura de um inquérito para apurar culpados. Mas são eles próprios, fiéis defensores dos interesses da burguesia,

ao continuarem com políticas que destroem o SNS, os verdadeiros assassinos!

O governo afasta os profissionais de saúde e utentes do SNS, alimentando o crescimento da saúde privada

Em 2022, o governo anunciou um recorde de investimentos no SNS: 555 milhões de euros. Mentiu. Os gastos totais não ultrapassaram os 230 milhões de euros. Na realidade, se descontarmos o investimento diretamente relacionado com a pandemia — aquisição de equipamento da rede de cuidados intensivos e material de proteção individual — o valor anual dos gastos com o SNS mantém-se o mesmo desde 2019. Por outras palavras, o governo não tem investido no SNS, apesar da premente necessidade de contratar mais profissionais de saúde, aumentar-lhes os salários, comprar equipamentos de diagnóstico e terapêutica e garantir a manutenção de edifícios hospitalares com décadas.

A falta de investimento no SNS alimenta o crescimento dos hospitais privados. Com urgências com tempos de atendimento de várias horas e listas de espera para diagnósticos ou cirurgias de anos, a compra de seguros de saúde disparou nos últimos anos, havendo em 2022 já 3,4 milhões assegurados, uma em cada três pessoas. Mais, se no SNS falta equipamento ou médicos de uma determinada especialidade necessários para tratar um paciente, este é enviado para um privado que os garante, muito bem pago pelo Estado, claro está. Por fim, a terciarização da aquisição de material hospitalar, limpezas, *catering*, etc, por empresas privadas é um gigantesco sorvedouro de dinheiro do SNS. Já em 2020 o Estado gasta-

va 41% do dinheiro destinado à saúde com privados! Fica claro que é o Estado a financiar o sistema de saúde privado com gigantescas injeções de dinheiro público que devia ser investido no SNS. Um ciclo vicioso que só tende a piorar.

Mas nenhum outro exemplo é tão chocante como a utilização de empresas de trabalho temporário (ETTs) para garantir enfermeiros e médicos tarefeiros, sem contrato e pagos à hora, em condições de completa precariedade. Os hospitais públicos pagam rios de dinheiro às ETTs em vez de contratar diretamente os médicos, o que não apenas sai muito mais caro, mas é completamente contraproducente. Ao escolherem locais de trabalho e horários de forma sem qualquer planeamento, as ETTs impedem a formação de equipas que se conheçam e entremajudem, e um acompanhamento dos médicos inexperientes. Ao invés, promovem a competição e a desunião entre colegas de trabalho, acentuando o caos nas urgências.

Exaustos ao fim de trabalhar durante dois anos em condições muito difíceis e com ritmos de serviço insanos — sendo até impedidos de tirar férias — os profissionais de saúde tinham a expectativa de serem compensados de alguma forma depois da pandemia. Pelo contrário, o governo não contrata, não aumenta salários — tendo grande parte dos profissionais perdido 20% do poder de compra em 12 anos — e abusa das horas extraordinárias para manter o SNS à tona. Por lei, cada médico pode ser obrigado a fazer 150 ou 200 horas extra por ano, dependendo do tipo de contrato, mas muitos são assediados para fazerem mais.

Como consequência do deterioramento

das suas condições de trabalho há uma sangria dos profissionais da saúde para fora do país e para os hospitais privados, que prometem urgências mais leves e menos caóticas, horários regulares, equipas fixas e nalguns casos um salário um pouco melhor. Aliado a isto existe um número recorde de médicos a pedir a reforma, e prevê-se que nos próximos 4 anos se reformem mais 3.200, cerca de 10% do total de 30.000 médicos em funções no SNS. Assim, o SNS tem cada vez menos médicos e cada vez mais exaustos. Nos últimos meses dezenas de chefes de urgências pediram demissão e milhares de médicos e enfermeiros pediram escusas de responsabilidade por falta de condições de trabalho.

Os utentes, em particular a classe trabalhadora, que não tem como pagar os preços praticados pelos privados, são quem mais sofre com as políticas do governo. Em 2022 registou-se uma mortalidade elevada, com correlação com o estado do SNS: aumento do tempo em listas de espera para consultas e cirurgias, aumento do tempo de deslocação para urgências mais distantes devido a encerramentos ou aumento do tempo de espera em urgências aumenta a probabilidade de morte nos dias e meses seguintes, como aconteceu a 22 de Agosto no Beatriz Ângelo. Em particular, a falta de obstetras e de anestesistas nas urgências obstétricas provocou um aumento muito significativo da mortalidade materna nos últimos anos, mais que duplicando de 6 para 15 mortes por 100.000 partos entre 2015 e 2021. Estamos a ser assassinados pelo governo do PS para que os seus amigos da saúde privada e da banca possam aumentar os seus lucros!

A direção executiva do SNS é o bode

expiatório do governo para preparar um novo ataque ao SNS

Tendo acelerado nos seus mandatos a degradação do SNS, o governo do PS cria agora uma “Direção Executiva do SNS” (DE-SNS) que o vem “salvar”. Que conveniente! Com poder para nomear gestores e privatizar hospitais com autonomia face ao Ministério da Saúde, o seu verdadeiro objectivo é muito claramente o oposto. A reorganização de hospitais e centros de saúde em Unidades Locais de Saúde (ULS) e o corte de “gastos”, às custas das condições dos profissionais de saúde, têm a intenção de preparar apetecíveis “cabazes” a serem comprados pela saúde privada dentro de alguns anos.

Este é o segundo passo do plano do governo para a privatização do SNS. Primeiro lançou as bases da privatização dos Centros de Saúde com a municipalização da saúde, que fez com que a sua construção, manutenção e gestão e dos seus profissionais passassem a ficar a cargo das autarquias, podendo decidir privatizá-los. Agora chegou a vez dos hospitais, mas com um “middle-man” de nome pomposo. A DE-SNS foi o bode expiatório concebido pelo governo para poder avançar com o seu programa de privatizações sem arcar diretamente com a culpa.

Existem já 8 ULS em funcionamento e a DE-SNS quer criar mais 31. Os hospitais que fiquem de fora dos ULS são encerrados, fazendo com que a população que serviam se tenha de deslocar para muito mais longe para ter acesso a cuidados de saúde. É o caso do Hospital das Caldas da Rainha, que serve um concelho com 50.000 habitantes e ainda concelhos vizinhos, e cuja população lançou o movimento “Eu luto pelo hospital” para o manter.

Já tivemos provas inegáveis do carácter reacionário da DE-SNS este verão. Primeiro, com o “plano estratégico” de reorganização das urgências de pediatria na região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo decidido manter permanentemente abertas apenas 8 das 14 urgências. Encerrar urgências em vez de contratar mais profissionais da saúde e melhorar as suas condições de trabalho é uma opção ideológica que visa continuar a degradação do SNS. E depois, quando exigiu controlar toda a comunicação entre os hospitais e a imprensa.

Apesar de empregar métodos que nos remetem para os tempos do fascismo e de

ter um propósito óbvio, as Ordens e sindicatos do sector reconheceram a sua autoridade sem questionamento, e inclusivamente depositam esperanças que possa resolver a crise do SNS. De igual forma, têm a esperança equivocada que Marcelo sirva de intermediário com o governo que ignora as suas reivindicações. O que fazem é dar mais força a esta figura bonapartista, que se alguma vez vier a defender o SNS será apenas com vista a estabilizar um sistema capitalista em crise de modo a salvar a restante burguesia.

Os profissionais de saúde aumentam a luta em defesa do SNS mas são impedidos de avançar pelas burocracias sindicais

Os profissionais da saúde têm sido protagonistas de uma onda de greves na saúde como não há memória, demonstrando para mais uma apurada consciência de que as suas condições de trabalho estão intrinsecamente ligadas ao destino do SNS e por isso lutam por ambos. Muito a contragosto das direções burocráticas dos sindicatos da saúde, que dão sempre primazia às negociações com o governo à porta fechada, onde podem fazer as suas negociações secretas, e que por isso boicotam a luta, empregando os métodos de luta da classe trabalhadora da forma mais ineficaz possível.

As direções burocráticas têm separado e isolado as lutas dos profissionais, mantendo o corporativismo que vinga no sector desde a vitória da contra-revolução. O exemplo mais icónico foi quando no espaço de duas semanas no final de junho/início de julho o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) e a Federação Nacional dos Médicos (FNAM), ambos da mesma Confederação Sindical, a CGTP, convocaram greves separadas. A direção do SEP chegou ao cúmulo de afirmar com orgulho que convocou dezenas de greves este ano. Mas que conseguiu com todas estas greves isoladas, muitas delas abrangendo exclusivamente os enfermeiros de um único hospital? Nada, assim como as outras burocracias que convocaram greves isoladas de médicos, técnicos de diagnóstico, etc. É uma estratégia destinada ao fracasso.

Como resultado, o governo passou o último ano a ignorar as negociações com médicos e enfermeiros, para finalmente apresentar uma proposta de aumentos irrisórios dos salários e pioria das condições de tra-

balho. Pior ainda, com vista a manter estas condições miseráveis e baixos salários, o governo quer contratar 300 médicos cubanos por 3 anos e reconhecer diplomas estrangeiros para médicos do SNS, com o qual pretende atrair médicos brasileiros. Estas medidas só favorecem os privados. A falta de médicos no SNS não será colmatada desta forma. A única solução para a falta de profissionais de saúde e restantes problemas do SNS é a expropriação da saúde privada sob o seu controlo democrático.

Os partidos de esquerda, incapazes de proporem tal solução, de irem para além do reformismo dentro do sistema capitalista, também não têm uma solução para a destruição do SNS. De que valem os discursos apaixonados do PCP em defesa do SNS se depois não se traduz na prática numa união dos sindicatos da CGTP numa greve geral da saúde? E de que valem todos os movimentos em defesa do SNS que o BE e outros estão a formar, se se ficam por protestos que não têm como base a força dos métodos de luta da classe trabalhadora como a greve?

A força dos profissionais de qualquer sector está na sua união contra o patronato e o Estado burguês e na paragem do trabalho. Não podemos ter nenhuma esperança que seja o governo burguês do PS, figuras do Estado burguês como o Presidente ou “direções executivas” a salvar o SNS. Os seus amos são os capitalistas, os seus interesses são os interesses do capital! A classe trabalhadora só pode depender de si mesma para lutar por uma vida digna!

É preciso avançar para a greve geral da saúde, construída democraticamente a partir de baixo!

As bases dos sindicatos e partidos de esquerda e todos os profissionais da saúde têm de rejeitar a visão institucional e reformista das suas direções e virar-se para a luta de massas nas ruas e locais de trabalho. Está na hora de se inspirarem no exemplo dos colegas da educação pública que, todos juntos, professores, auxiliares e outros trabalhadores da educação, através de comités de greve em cada escola, ultrapassaram os bloqueios das burocracias sindicais e construíram greves e manifestações nacionais que uniram e mostraram a força de centenas de milhares de pessoas.

Médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares, pessoal da limpeza, das cantinas e da

manutenção, entre outros — todos são precisos para fazer os hospitais e centros de saúde funcionarem. A melhoria das suas condições de trabalho e a defesa do SNS enquanto serviço público, gratuito e de qualidade depende da sua união em comités de greve em cada centro de saúde e hospital na construção de uma greve geral da saúde que tenha por base um programa socialista, recusando privados na saúde e exigindo o controlo democrático da saúde por si mesmos e pelas populações que servem. Esta greve geral da saúde seria um passo fundamental para a construção de uma greve geral que una todos os sectores da sociedade e alcance vitórias para toda a classe trabalhadora!

Defendemos:

- **Fim do encerramento de hospitais e construção de novas estruturas hospitalares onde seja necessário.**
- **Investimento massivo no SNS, nas infraestruturas e no material médico! Contratação coletiva de todos os profissionais de saúde necessários, com condições e salários dignos.**
- **Nacionalização sem indemnização de todos os hospitais e clínicas privadas e de todas as empresas privadas que fornecem materiais ou força de trabalho ao SNS.**
- **Criação de órgãos de profissionais da saúde para a gestão democrática dos hospitais e centros de saúde, a única forma de garantir a eficiência e qualidade dos serviços e do atendimento no SNS.**
- **Nacionalização de toda a banca de forma a garantir os recursos para a execução destas medidas e colocar a gigantesca riqueza acumulada durante décadas pelos capitalistas ao serviço do bem-estar da esmagadora maioria da população.**

Só uma greve geral da saúde que exija a expropriação dos privados, investimento massivo e controlo democrático dos trabalhadores e utentes pode salvar o SNS!





GUERRA NA UCRÂNIA. O IMPERIALISMO OCIDENTAL OLHA PARA O ABISMO.

Miguel Ángel
Izquierda Revolucionaria (Estado
Espanhol)

Passaram-se dezoito meses desde o início da guerra imperialista na Ucrânia, e o seu progresso tem-se vindo a complicar cada vez mais para o regime de Zelensky e os seus mestres em Washington. Depois de apostar tudo na contra-ofensiva, os seus fracos resultados acentuam os confrontos no lado ocidental, enquanto se multiplicam as vozes de autoridade que pedem uma forma de negociar com a Rússia.

O contra-ataque de Kiev fracassa

Em junho, foi dada luz verde à tão esperada e tantas vezes adiada contra-ofensiva militar de Kiev. Milhares de soldados treinados no Ocidente, centenas de tanques e veículos blindados fornecidos pela NATO foram lançados contra as linhas defensivas que o exército russo construiu e reforçou desde o outono passado, dedicando-lhes vastos recursos. O resultado para os mentores de Zelensky tem sido frustrante: as tropas ucranianas mal conseguiram penetrar dez quilómetros — nos pontos mais proeminentes — ao longo de uma frente que se estende por 600 quilómetros.

Afirmar que esta ofensiva é um fracasso não é propaganda russa. Durante o mês de agosto, os principais porta-vozes do imperialismo estado-unidense publicaram materiais altamente críticos à estratégia na Ucrânia. O *The New York Times*, o *Washington Post*, o *Financial Times* e o *Wall Street Journal* retrataram o seu balanço demolidor preto no branco, afirmando inequivocamente o fracasso do Departamento de Estado e dos seus fantoches em Kiev e prognosticando que é impossível aos seus soldados chegarem a Melitopol e que possam partir em duas a faixa de território ucraniano anexa-

da pela Rússia.

Estes relatórios falam de elevados números de baixas ucranianas, de meios blindados e de artilharia insuficientes e de uma aviação quase inexistente, necessária para um avanço profundo. Ao mesmo tempo, referem-se às diferenças entre os comandantes militares ucranianos e ocidentais. O Pentágono fora categórico no seu compromisso com uma linha única para o sul, com todos os meios e sem olhar ao número de vítimas, e tem sido muito crítico em relação à estratégia de Kiev de criar várias linhas ofensivas e abrandar a progressão conservando mais tropas.

O *Wall Street Journal* resumiu estas divergências com umas declarações de Valery Zaluzhny, o comandante-em-chefe ucraniano: “Eles não compreendem a natureza deste conflito. Isto não é contra-insurgência. Isto é Kursk”, referindo-se à grande batalha de tanques entre a URSS e os nazis na Segunda Guerra Mundial.

No final de agosto surgiam novos artigos no *The Washington Post*, no *The Economist* e no *El País* com um carácter totalmente distinto do que se tinha publicado nestes dezoito meses. Centrando-se na atmosfera sombria que domina a sociedade ucraniana, descrevem um país cansado da guerra, com uma população cada vez mais disposta a sacrificar território pela paz e a fugir do recrutamento. Como resumiu uma mãe no *El País*: “Prefiro que os russos fiquem no Donbass do que ver o meu filho combater”.

Igualmente muito importante é a percepção cada vez mais crítica da figura de Zelenski. Nada resta das promessas com que chegou ao governo em 2019: a paz com a Rússia, a luta contra a corrupção, a melhoria das condições de vida... Durante meses conseguiu esconder-se atrás da guerra e

agitar a bandeira do ultranacionalismo mais reacionário, mas tudo tem o seu limite. A Ucrânia é hoje um Estado mafioso onde a oposição de esquerda foi ilegalizada e reprimida com particular vontade, o Conselho de Ministros foi substituído por um círculo de confiança cada vez menor de Zelensky e a corrupção corre desenfreada, causando purgas e conflitos dentro do aparato estatal que mais se parecem brigas entre ladrões. Ao mesmo tempo, aumenta a violência policial sofrida pela população.

A meio da sua contra-ofensiva, Kiev ficou alvoroçada com rumores sobre possíveis eleições. A Rada termina o seu mandato em outubro e as eleições presidenciais deverão realizar-se em março de 2024. A lei marcial em vigor não permite a realização de eleições, mas a camarilha de Zelensky está a considerar realizá-las antes que seja tarde demais para os seus interesses.

Esta realidade condiciona as últimas ações militares ucranianas. No início de setembro houve uma ruptura na linha defensiva russa no sul, com a cidade de Robotine tomada e agora ameaçando Verbove. Ao mesmo tempo, os ataques de drones ucranianos em território russo são mais numerosos e mais ousados. Mas isto por si só não vai mudar a dinâmica geral da guerra. Mesmo que consolidem esta ruptura, isso não significaria um rápido avanço para sul: o exército de Kiev tem apenas algumas semanas antes que as chuvas de outono transformem a frente num pântano.

Se não houver colapso das linhas russas, e isso não é propriamente o mais provável, os objectivos de guerra de Zelensky terão falhado miseravelmente, o que também explicaria as suas exaltações cada vez mais comuns ao “mandar calar todos aqueles que criticam o ritmo da ofensiva”.

Divisões no imperialismo ocidental

Washington já alertou a Ucrânia em diferentes momentos que não pode garantir o mesmo nível de ajuda militar e económica em 2024. E estes avisos não provêm apenas de problemas com os seus stocks militares cada vez mais escassos. No próximo ano haverá eleições presidenciais nos EUA e o custo da guerra está a traduzir-se em mais inflação e défice. Isto aprofunda as divisões que atravessam a classe dominante e o aparelho do Estado estado-unidense, as maiores em décadas, um reflexo da profunda crise do seu papel como polícia global.

O Partido Republicano é agora o partido de Trump, que já anunciou a sua oposição a continuar a conceder ajuda económica e militar ao Governo de Kiev caso ganhe as próximas eleições. E esta agenda tem forte apoio entre a sua base eleitoral. Segundo a CNN, 55% dos norte-americanos opõem-se a que o Congresso continue a dedicar mais recursos à Ucrânia, e essa percentagem sobe para 71% entre os eleitores republicanos.

O confronto na classe dominante norte-americana é veiculado diariamente na imprensa burguesa. As declarações oficiais da Casa Branca elogiando Zelenski partilham espaço com artigos críticos à política de Biden, que são alimentados por declarações de altos funcionários civis e militares da sua própria Administração.

É isso que está por trás da pressão estado-unidense para que a contraofensiva alcance resultados concretos e possa chegar à mesa de negociações com alguma coisa. Uma negociação que mais cedo ou mais tarde se tornará inevitável e que é cada vez mais falada com maior franqueza em Washington e Bruxelas.

Em meados de Agosto, Stian Jenssen, chefe de gabinete do secretário-geral da NATO, sugeriu uma possível saída negociada com a cedência dos territórios orientais da Ucrânia à Rússia em troca da entrada de Kiev na NATO. O secretário-geral Stoltenberg teve que vir rapidamente acalmar as coisas depois de Zelensky considerar a proposta “inaceitável”.

É evidente que a proposta de Jenssen corresponde à opinião de um sector do imperialismo ocidental que está muito preocupado perante a ausência de “objectivos realistas” por parte de Kiev e com as consequências desastrosas que esta guerra está a trazer para a situação doméstica dos Estados Unidos e da Europa. Mais pragmático e mais afastado da fanfarra da propaganda, este sector cada vez mais importante, descarta a possibilidade de uma expulsão da Rússia do Donbass e da Crimeia. Perante isto, a Administração Biden e o seu laçao Stoltenberg cerram fileiras com Zelensky, alimentando uma dinâmica cega e descontrolada que pode acabar muito mal para os seus interesses.

Neste momento, já surgiram muitas vozes em Washington a favor de deixar a questão da Ucrânia nas mãos da Europa e concentrar-se no Pacífico para fazer frente à China. Esta ideia aparece diariamente nos editoriais dos principais *think tanks* estado-unidenses, mas a UE não pode apoiar a Ucrânia militar, económica ou politicamente. Ao tentar atacar primeiro, os EUA ficaram presos numa luta em duas frentes.

Até agora, Washington teve algum sucesso em subjugar uma Europa que se tinha aproximado demasiado da Rússia e da China. Da mesma forma, a ofensiva económica norte-americana para atrair capitais europeus está a surtir efeito. Mas o custo da política de Biden é introduzir contradições brutais: a Alemanha está em recessão, o BCE aposta numa “aterragem forçada” da economia em vez de lidar com a estagflação, a crise está a varrer um país após outro na Europa, e tudo indica que as consequências na luta de classes serão semelhantes às que vimos recentemente na Grã-Bretanha e em França. O presidente francês Macron disse que não queria ser arrastado para uma luta entre os EUA e a China; Scholz e outros líderes europeus fizeram declarações semelhantes, mas são reféns da sua própria incapacidade de manter uma posição independente.

O regime bonapartista de Putin e a morte de Prigozhin

Qual é a situação do regime de Putin em comparação?

Existem algumas respostas claras para esta pergunta. A 23 de agosto, o jato particular em que Yevgueni Prigozhin viajava juntamente com o núcleo duro do grupo Wagner explodiu no ar. Nesse mesmo dia, foi tornada pública a demissão definitiva do General Surovikin, ligado a Prigozhin e rival do Ministro da Defesa Shoigu e do Chefe do Estado-Maior General Gerasimov.

Dois meses antes, tinha ocorrido o motim Prigozhin-Wagner, o maior desafio que Putin teve de enfrentar em duas décadas. A propaganda ocidental esfregou as mãos diante da perspectiva de um golpe, havendo mesmo aqueles que, com as mentes mais acaloradas, falaram de uma “guerra civil” iminente. Nada poderia estar mais longe da verdade. Dois meses depois do motim, parece que Putin encerrou o assunto no verdadeiro estilo stalinista da GPU.

A Rússia é governada por um regime bo-

napartista burguês e imperialista profundamente reacionário, onde Putin atua como árbitro entre diferentes cliques. A manobra de Prigozhin não foi um “ataque ao poder”, mas sim a sua defesa desesperada face às claras tentativas de defenestrá-lo depois de ter sido usado para a conquista de Bakhmut. Nestes dois meses, Putin deixou Prigozhin fazer o que queria enquanto as autoridades recuperavam firmemente o controlo do grupo Wagner, um ativo fundamental da política externa russa, responsável pela sua intervenção em África. Assim que as suas atividades ficaram sob controlo estatal, as vidas de Prigozhin e dos seus tenentes perderam o valor.

O saldo deste motim na popularidade de Putin tem sido o oposto do previsto pela propaganda ocidental. De acordo com uma sondagem do final de julho realizada pelo centro independente russo Levada, o índice de aprovação de Putin permanece acima dos 80%, o do Ministro Shoigu caiu um pouco e o de Prigozhin caiu drasticamente.

A Rússia está a conseguir resistir à série de sanções económicas, aumentando as suas vendas de hidrocarbonetos para a Ásia, mas não só. A própria debilidade do imperialismo ocidental manifesta-se na sua continuada necessidade das matérias-primas russas que foram deixadas de fora das sanções, como o urânio e o gás natural líquido, que a Europa comprou este ano 40% mais do que antes da Guerra. Ao mesmo tempo, componentes ocidentais continuam a aparecer entre os restos de mísseis russos, que continuam a ser fabricados sem grandes problemas. Uma notícia chocante a este respeito foi tornada pública no final de agosto: a primeira-ministra da Estónia, Kaja Kallas, uma das vozes mais beligerantes contra Putin, foi convocada a uma comissão parlamentar para explicar por que razão a empresa do seu marido continuou a negociar com a Rússia durante a guerra inteira. É o mercado, amigos!

A Rússia não só sustentou a sua economia como também a transformou numa economia de guerra. Este é o principal as-

pecto no qual o tempo trabalha a favor de Putin. Pode continuar a sustentar o esforço de guerra com perspectivas muito melhores do que a Ucrânia e os seus patrocinadores ocidentais. Mesmo no caso de as tropas ucranianas, ou erros russos, causarem uma ruptura na frente, Moscovo ainda tem elementos suficientes para continuar a sustentar uma guerra longa, começando com uma mobilização geral de tropas.

Rússia e China saem fortalecidas

No dia 1 de setembro, Putin anunciou o investimento de 20 mil milhões de dólares para o desenvolvimento das quatro regiões ucranianas anexadas em setembro de 2023, e uma nova reunião com Xi Jinping. Este é outro factor chave para explicar a atual fase do conflito interimperialista: o fortalecimento dos laços da Rússia com a China. Um processo que se aprofundou ao longo da guerra e que fica plasmado no aumento do comércio bilateral, que poderá atingir os 200 mil milhões de dólares em 2023, um recorde que seria alcançado um ano antes do previsto.

Desde o início da guerra, vários países outrora aliados ao imperialismo ocidental viraram as costas à estratégia dos EUA e estão claramente a virar-se para a China. E não são nações sem importância: a Índia, Israel, a Turquia, todos os países do Golfo, o Brasil..., nenhum deles aplicou sanções contra a Rússia e, de uma forma ou de outra, estão a ser decisivos na manutenção da estabilidade da sua economia; além disso, estão a assinar acordos cada vez mais próximos com a China.

Há alguns meses assistimos ao restabelecimento das relações entre a Arábia Saudita e o Irão graças à mediação da China. Agora, na 15ª cimeira dos BRICS, realizada no final de agosto, foi aprovada a entrada da Argentina, Egipto, Etiópia, Irão, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Uma notícia que veio acompanhada de outra não menos relevante: pela primeira vez o PIB combinado dos BRICS superou o PIB com-

binado dos G7.

No confronto pela hegemonia mundial entre os EUA e a China, esta última não para de dar passos em frente enquanto Washington não para de retroceder. Se considerarmos a proporção do PIB mundial com base na paridade do poder de compra, a China já ultrapassou os EUA em 2020 (18,33% vs. 15,83%). A percentagem do dólar como moeda de reserva cambial caiu para 59% em 2021, com uma queda sustentada de mais de onze pontos em 22 anos.

Os Estados Unidos continuam a ser a principal potência do planeta e a principal potência militar, mas o seu cansaço e declínio em áreas-chave é mais do que evidente, enquanto as forças produtivas da China, a formação bruta de capital fixo, o desenvolvimento da sua indústria e tecnologia, as suas infra-estruturas, o seu comércio interno, o seu excedente comercial e os seus investimentos estrangeiros deram um salto colossal nos últimos trinta anos. Não é uma miragem. Não é o tipo de crescimento que o Japão experimentou nas décadas de 1960 e 1970. É um processo de acumulação capitalista de magnitude semelhante ao vivido pelos Estados Unidos na primeira metade do século XX. E as consequências nas relações internacionais são evidentes.

É também inevitável que a China desempenhe um papel na resolução negociada do conflito ucraniano. Esta já participou da cimeira realizada em agosto na cidade saudita de Jeddah. Sem dúvida que a guerra imperialista continuará porque as razões que a levaram ao seu início permanecem. E neste cenário a única coisa que Washington pode oferecer são armas para atrasar uma derrota ucraniana, mas o imperialismo ocidental começa a ver um abismo aos seus pés.



ESTADO ESPANHOL: COM A LUTA EXPULSAMOS RUBIALES, MAS A MANADA COM TOGA CONTRA-ATAÇA!

Libres y Combativas
(Estado espanhol)

No domingo, 10 de setembro, às dez da noite, Luis Rubiales publicou no seu perfil no Twitter a sua carta de demissão acompanhada das seguintes palavras: “Defenderei a minha honorabilidade. Defenderei a minha inocência. Tenho fé no futuro. Tenho fé na verdade.” Então, então? O que aconteceu, Luís? O mesmo que há algumas semanas gritou como um orangotango diante da liderança da RFEF que não iria renunciar em nenhuma circunstância, teve que engolir as suas palavras.

Este machista vomitivo não queria ir embora, muito menos agora. Acreditava-se intocável e foi assim que agiu nas últimas semanas. Se teve que fazer as malas, foi graças à luta do movimento feminista combativo, que provocou um tsunami de indignação, raiva e luta contra ele e tudo o que ele representa, gritando: “Acabou!” Fomos nós que despedimos Rubiales!

Não estamos a exagerar quando dizemos isto, é a pura verdade. Se não fossem as centenas de milhares de mulheres, e também muitos homens que se declaram feministas e lutam connosco contra a violência machista, que não permitiram que este caso fosse rapidamente enterrado e permanecesse como “apenas mais um caso de futebol”, Rubiales continuaria na sua posição.

Era isso que queriam a Federação de Futebol, os juízes machistas, os advogados do Estado no Tribunal Administrativo Desportivo, a caverna da comunicação social desportiva e todos os energúmenos misóginos muito preocupados em perder os seus privilégios. Mesmo com a infeliz colaboração e a atitude hesitante do PSOE, não foram capazes de deter a força do movimento feminista quando nos colocámos em marcha.

Rubiales é um dos personagens mais famosos do mundo desportivo espanhol. Há poucos dias saiu a notícia de que foi condenado por se recusar a pagar a pensão que correspondia à ex-mulher pelo cuidado das filhas. Um tipo que tem ganhado até 80 mil euros por mês e em 2020 ganhou mais de um milhão de euros! Vemos, agora, porque o feminismo para ele é um grande flagelo.

Agora, e embora não tenhamos confiança nas instituições capitalistas e patriarcais, Rubiales foi intimado a depor como arguido na sequência da denúncia do jogador de futebol ao Ministério Público e pode ser condenado pelo crime de agressão e coação sexual. Mas já ditamos a sentença social: culpado, nojento, agressor!

A justiça machista reduz a pena de um membro da Manada

24 horas depois de se saber da demissão de Rubiales, a imprensa surpreendeu-nos com

outras informações. O Superior Tribunal de Justiça de Navarra reduziu em um ano a pena de prisão de um dos violadores da Manada de Pamplona. O aparelho de Estado e o seu poder judicial justificam esta decisão e qualificam-na de “razoável” porque, segundo eles, a lei do só sim é sim, já vergonhosamente modificada pelo PSOE em conformidade com o PP, o permite.

Como se fosse uma vingança para proteger a honra de um dos seus, estes Rubiales de toga, estes fascistas disfarçados de magistrados, recuperam o caso da Manada para tentar enviar-nos uma mensagem: vocês derrubaram Rubiales, mas não se esqueçam de quem é que manda aqui. O que dirá o Governo agora? Continuarão a falar sobre como funciona a justiça e que os canais judiciais devem ser respeitados? Irá o PSOE manter o silêncio ou recomendará que aceitemos as sentenças patriarcais como fez há alguns meses, ecoando o discurso da reação?

Estes reacionários, amantes da aguiazinha, são provocadores. Como a experiência demonstrou e o caso Rubiales o destacou ainda mais, o problema não é a lei. O problema não é que o Ministério da Igualdade a tenha escrito mal ou que tenha lacunas legais. O problema é que os tribunais e as audiências ainda estão infestados de franquistas e machistas cujo sangue ferve quando as mulheres conquistam e avançam nos

seus direitos.

Não é por acaso que voltaram a colocar em cima da mesa a condenação à Manada de Pamplona. Foi precisamente a resposta social massiva e a maré roxa multitudinária que durante meses gritamos: não é abuso, é violação! A que que promoveu e deu origem à Lei do “Só Sim é Sim”, e aquela que finalmente derrubou aquela sentença infame.

Não vamos parar

Quando, há poucos dias, nas ruas de todo o país, cantávamos: que caiam todos!, falávamos a sério. Ter derrubado Rubiales é uma vitória que ninguém nos vai tirar e, ao mesmo tempo, a vergonhosa decisão do Tribunal de Navarra recorda-nos que este sistema nos declarou guerra.

Há muito tempo que também declaramos guerra contra eles: contra os machistas, contra aqueles que promovem a cultura da violação, contra a extrema-direita, contra os patrões exploradores, contra os homens nojentos à paisana, contra os banqueiros que nos despejam, contra o regime de 78 e todos os partidos que o apoiam. Queremos ser livres, queremos justiça para todas as vítimas. Não vamos parar até conseguirmos. O patriarcado e o capitalismo não cairão sozinhos, vamos derrubá-los.





O ESTADO OFERECE MILHÕES À IGREJA CATÓLICA, JÁ OS TRABALHADORES FICAM COM TRANSPORTES DEGRADADOS E INSUFICIENTES!

Sofia Cazel
Esquerda Revolucionária

As denúncias de assédio sexual e moral de uma semana das Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) em Lisboa traduziu-se num verdadeiro inferno para quem aqui vive e trabalha. Os trabalhadores, responsáveis por garantir todo o funcionamento dos serviços usados para a JMJ, tiveram que suportar uma semana de transportes lotados após, em muitos casos, jornadas laborais estendidas e extenuantes. Tudo isto para o Estado português promover a ideologia reacionária da Igreja e garantir o lucro das grandes empresas e instituições católicas com o evento megalómano. O caso dos transportes públicos representa muito bem o que significou esta semana para a classe trabalhadora e a verdadeira política da burguesia e do seu atual governo.

Para uma cidade em que a situação dos transportes públicos é deplorável já em condições normais, era de se esperar que se instalasse o caos total no fluxo de pessoas durante as jornadas. Se os próprios peregrinos tiveram queixas dos transportes, para os trabalhadores a situação foi ainda mais insuportável, dificultando a deslocação para os locais de trabalho, com as revistas policiais nas zonas restritas, a pressão das chefias e os descontos a serem realizados ao fim do mês devido aos atrasos causados pela JMJ. Para além disso, as opções de lazer durante folgas e férias viram-se completamente limitadas para os que aqui vivem, sendo a cidade completamente tomada pelo evento. A circulação nas zonas restritas delimitadas foi ainda proibida pelas forças policiais àqueles que não tivessem uma declaração de trabalho, deixando claro que só temos direito aos espaços da cidade se for para garantir os lucros dos nossos patrões.

Os planos do governo para a JMJ incluíam um reforço dos transportes da Área Metropolitana de Lisboa, com um aumento de 354.000 lugares nos dias úteis e 780.000 nos dias do fim de semana, sendo o aumento dos dias do fim de semana mais expressivo dada a escassez de transportes aos fins de semana, principalmente nas periferias de Lisboa. Ainda assim era claro que, com décadas de desinvestimento e degradação das infraestruturas dos transportes públicos, para além da falta cróni-

ca de trabalhadores, estas medidas seriam insuficientes para colmatar os problemas e a falta de organização do sistema de transportes.

Tendo em conta o caos dos transportes, o governo teve o cuidado de garantir shuttles rodoviários para os 30 mil voluntários no encerramento das jornadas, utilizando recursos públicos da Carris e da Carris Metropolitana, com a escolta das forças policiais. Os trabalhadores, por outro lado, já não tiveram a mesma sorte, sendo deixados completamente à mercê dos transportes lotados por peregrinos para poder chegar ao trabalho. Também, em preparação para a JMJ, foram disponibilizados 3,3 milhões de euros para apoiar a compra de passes para os peregrinos; enquanto todos os meses os trabalhadores têm de fazer um grande ginástica financeira de forma a poder pagar os passes e todas as demais despesas necessárias à sua sobrevivência.

Tudo isto deixa muito claro que o real problema dos transportes — e dos serviços públicos em geral — não é a falta de dinheiro, mas sim o caráter burguês do Estado, para o qual todo e qualquer investimento só faz sentido se gerar em troca lucros para as grandes empresas, enquanto para os trabalhadores se assegura apenas o mínimo possível para poderem trabalhar e assim gerar mais-valia para os patrões. Estas medidas de reforço dos transportes, apesar de insuficientes, já apresentariam uma melhoria para os trabalhadores se fossem implementadas de forma permanente. Pelo contrário, deixaram de estar em vigor no minuto seguinte ao encerramento das jornadas. Chega a ser obscuro a quantidade de dinheiro público, gerado pelo nosso trabalho, gasto nas JMJ — com dispêndios absurdos como o palco do Papa —, enquanto milhões de trabalhadores vivem em situação de pobreza, no limiar da fome e com a ameaça constante de não ter sequer onde morar. Tudo isto enquanto ouvíamos repetidamente do governo do PS que não é possível investir porque é preciso baixar a dívida pública! Está claro que para este governo os interesses dos grandes banqueiros e da burguesia em geral vêm sempre primeiro.

Há meses que os trabalhadores dos transportes públicos alertam para a degradação das infraestruturas, falta de pessoal e práticas das empresas que colocam em causa inclusi-

vamente a segurança dos utentes. Para além disso enfrentam condições degradantes, com horários e cargas de trabalho extensas e cansativas; e vêm-se numa situação de empobrecimento, com os seus salários já baixos a serem reduzidos na realidade pela inflação e aumento do custo de vida. Foram várias as lutas recentes nas empresas de transporte desde a Transtejo e Soflusa, STCP, Infraestruturas de Portugal, Metro de Lisboa e CP, esta última com maior impacto. Esta onda de greves, que se estende também aos outros sectores, também é demonstrativa da situação extrema em que se encontram os transportes públicos, que é do conhecimento de todos os trabalhadores que deles necessitam.

O caso da CP é um exemplo da recorrente campanha de culpabilização dos trabalhadores pelas empresas, com o apoio do governo e dos media. Só se importam com os transtornos causados aos passageiros quando há greves, a única ferramenta dos trabalhadores para exigir condições para uma vida digna e manter uma operação segura e eficaz. É preciso dizer com clareza que a responsabilidade destes transtornos é toda do governo e da direção da CP e, que se recusam a satisfazer as reivindicações urgentes dos trabalhadores por não quererem investir na melhoria do serviço público, garantindo os lucros dos transportes privados. Mas para satisfazer o Papa e a Igreja, afinal já é possível investir!

Como se não bastasse, a CP tem utilizado estratégias como a perseguição sindical e inúmeras mentiras à imprensa para atacar e dividir os trabalhadores. Foi desta forma, em atuação conjunta com o governo, que conseguiram dar cabo da greve convocada pelo Sindicato Ferroviário da Revisão Comercial Itinerante (SFRCI) durante a semana das jornadas, ao invés de aceitar as reivindicações desses trabalhadores.

A pressão realizada pelo governo para parar esta greve resultou numa derrota dos revisores da CP, que acabaram por aceitar um acordo insuficiente e que mantém desigualdades salariais entre os demais trabalhadores das ferrovias e os revisores, sendo estes últimos os mais prejudicados. A pressão política sobre os trabalhadores para evitar uma greve durante a JMJ foi um fator relevante para essa derrota, mas é preciso apontar a traição

dos demais sindicatos como um fator decisivo. Já em maio o SMAQ (Sindicato dos Maquinistas — independente) desconvocou a greve em curso desde abril assinando um acordo que favorecia os maquinistas, “à custa dos revisores e dos outros trabalhadores”, como revelou o SNTSF (Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário — CGTP). No entanto o SNTSF, que na altura mantinha a greve para 31 de maio, acabou por desconvocá-la com a assinatura também de um acordo com a CP — que continua a não incluir os revisores —, tendo mantido a greve apenas o SFRCI sozinho.

É impossível fazer frente aos ataques da patronal com os sindicatos a compactuar com o corporativismo e a divisão entre os trabalhadores instado pela patronal, inclusivamente atacando os trabalhadores que se mantinham em greve a exigir o fim destas discriminações. Uma derrota para parte dos trabalhadores será sempre uma derrota para todos na medida em que enfraquece o movimento operário — a solidariedade é uma arma essencial da qual não podemos abrir mão. É preciso construir um movimento sindical combativo que defenda realmente os trabalhadores, utilizando da experiência histórica dos trabalhadores e as nossas ferramentas de luta.

A maioria das reivindicações do sector dos transportes ainda estão por ser conquistadas. O esbanjamento de fundos de Costa e de Moedas no município de Lisboa para as jornadas despoletou um justo sentimento de revolta entre os trabalhadores e utentes, que se vem acumulando desde há muito. É preciso concretizar esta revolta, levantando uma luta intransigente e defendendo que se há dinheiro para a Igreja, há dinheiro para investir nos serviços públicos e melhorar a vida dos trabalhadores! O caminho será sempre unir as lutas, com reivindicações idênticas ou semelhantes em todas as empresas, construindo a greve geral e lutando pelo controlo operário. Só assim podemos atacar diretamente os lucros daqueles que ganham com a nossa miséria e unir a classe trabalhadora numa luta conjunta.

Só a luta por uma mudança de sistema pode melhorar a nossa vida!

A crise da habitação atinge duramente os estudantes.

É URGENTE EXPROPRIAR OS FUNDOS IMOBILIÁRIO!



Todos os anos, o mês de setembro é marcado por uma corrida aos quartos por parte dos estudantes universitários. Nos últimos anos, à medida que a oferta cai abruptamente e os preços sobem cada vez mais, essa corrida tem-se tornado cada vez mais desesperada e brutal.

Desde o ano passado, o preço médio, a nível nacional, para um quarto de estudante subiu 10,5%, com essa subida a chegar aos 33% em algumas cidades. Em Lisboa e no Porto, esse preço chega aos 450 e aos 425 euros, respetivamente — 62,7% do salário mínimo nacional líquido. No fi-

nal, a habitação acaba por representar, em média, 70% do orçamento mensal de um estudante, e trata-se de habitação nas mínimas condições possíveis, muitas vezes sem sequer cozinha prestável, aumentando assim ainda mais as despesas de alimentação, tornando-se inoportável para as famílias de classe trabalhadora.

Este aumento é acompanhado por um desaparecimento da oferta, que caiu 80% a nível nacional. A falta de oferta deve-se essencialmente ao número de imóveis deixados vagos, propositadamente, pelos grandes fundos imobiliários. Ao promoveram

uma escassez artificial no mercado, estas instituições financeiras provocam o aumento desenfreado dos alugueres e dos preços da habitação.

O alojamento estudantil público não está, nem de perto, capaz de acomodar o número de estudantes que deste necessitam. Em Lisboa, onde 40% dos estudantes são deslocados, só há camas em residências públicas para 15%.

A crise da habitação tornou-se a principal barreira ao acesso universal ao ensino superior. É impossível falar-se de uni-

versidade acessível sem primeiro se resolver este problema. E isto só será possível através de um programa socialista, que exproprie os fundos imobiliários e os grandes proprietários, e torne a sua habitação disponível para a classe trabalhadora e para os estudantes e sob controlo democrático dos moradores.

Só o socialismo poderá providenciar aos estudantes e aos trabalhadores a habitação, e apenas a luta dos estudantes e dos trabalhadores poderá construir o socialismo.

Junta-te ao Sindicato de Estudantes e à Esquerda Revolucionária para construir esse programa!

